



BREVE REFLEXÃO SOBRE O ENSINO DA CONCORDÂNCIA VERBAL EM UM LIVRO DIDÁTICO

Levi Rosa de Campos¹

¹Universidade Federal de Minas Gerais / Profletras / Faculdade de Letras

Resumo: O presente trabalho tem como objetivo analisar o modo como a concordância verbal é trabalhada em um livro didático. Por meio de uma pesquisa qualitativa, buscou-se verificar se a abordagem da concordância repete a tradição gramatical ou trabalha o fenômeno sob uma perspectiva mais reflexiva. Os resultados apontam para uma abordagem predominantemente normativista, com uma breve alusão à variação linguística.

Palavras-chave: Ensino de Língua Portuguesa, gramática, concordância verbal.

1. Introdução:

O ensino de Língua Portuguesa, no Brasil, durante muito tempo esteve atrelado ao ensino da gramática tradicional, considerada como um manual onde estariam as regras a serem seguidas para que o falante aprendesse a chamada norma padrão. De acordo com essa perspectiva de ensino, qualquer uso linguístico, escrito ou falado, que não estivesse de acordo com o prescrito na gramática era considerado erro e deveria ser corrigido.

Os estudos linguísticos, entretanto, ao longo dos anos, vêm apontando duras críticas a essa prática pedagógica, dentre as quais se destacam a ineficiência do ensino da metalinguagem gramatical no que tange ao desenvolvimento de habilidades para a compreensão e produção de textos, baixa autoestima do falante em relação ao domínio do próprio idioma e, consequentemente, uma visão redutora acerca das manifestações linguísticas.

Mesmo com tantas críticas, o ensino gramatical ainda hoje está presente nas salas de aulas e é validado pelo livro didático, principal instrumento de trabalho (e de orientação) de muitos professores, sobretudo na rede pública de ensino. Diante de tal constatação, entretanto, uma questão pertinente se coloca à prática docente: o trabalho com a gramática nos livros didáticos atuais apenas repete o normativismo dicotômico de antigamente ou já incorporou as orientações advindas dos estudos linguísticos?

Diante disso, o presente trabalho tem como objetivo trazer uma breve reflexão sobre a forma como é trabalhado o tópico gramatical *Concordância Verbal*, no livro didático *Português-*



Linguagens (9º ano), dos autores Thereza Cochar e Willian Cereja. Tal reflexão se justifica, pois permite ao professor tomar consciência das concepções de gramática subjacentes à exposição teórica e aos exercícios propostos nos livros didáticos, auxiliando-o, assim, a perceber de forma mais clara os limites da abordagem didática trazida pelo livro.

2. Fundamentação teórica

Luft (1985), ao discorrer sobre o ensino de gramática nas escolas, afirma que este é inútil e prejudicial. Inútil, pois despreza a gramática implícita que o falante possui mesmo antes de entrar na escola, além de não contribuir em nada para a sua competência comunicativa, tanto na escrita quanto na fala. Prejudicial, pois incute nos alunos (e também nos professores) a ideia de que todos, no Brasil, falam e escrevem mal o próprio idioma. Assim, o ensino de língua portuguesa, que deveria ampliar as habilidades de comunicação dos alunos, acaba tornando-se opressor e bloqueando a expressão dos discentes. Segundo o autor, esse tipo de ensino gera uma

[...] relação negativa do falante com sua própria língua. A convicção que o falante vai infiltrando de não “saber a língua”, e com isso o bloqueio da criatividade, a inibição da linguagem, a sensação de inferioridade e insegurança nesse terreno. Já ouvi o absurdo de dizerem: “Em Portugal, sim, qualquer criança ou lavadeira fala bem português, nós é que falamos tão mal” (LUFT, 1985, p. 104)

O autor aponta, ainda, várias inconsistências conceituais presentes na maioria das gramáticas, entretanto não propõe a substituição dos conceitos da gramática tradicional pelos conceitos trazidos pela Linguística, visto que isso, também, tornaria teorizante o ensino da língua. Para Luft (1985), o ensino da língua materna deve pautar-se pela prática, ou seja, no “manejo da língua”.

Em consonância com o autor, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN, 1998) orientam que os conteúdos relativos à disciplina de Língua Portuguesa devem focar os usos (oral e escrito) do idioma, bem como a reflexão sobre a língua e a linguagem. Essa reflexão, por sua vez, deve visar à ampliação da competência discursiva do aluno. De acordo com o documento (PCN, 1998, p. 28-29), “deve-se ter claro, na seleção dos conteúdos de análise linguística, que a referência não pode ser a gramática tradicional.”.

Para Antunes (2003, p.95), “uma forma linguística não é, em si mesma, melhor que outra. É, na verdade, mais (ou menos) adequada, dependendo das situações em que é usada.”



Portanto um ensino gramatical eficiente deve contar com conteúdos úteis que auxiliem o aluno a compreender os usos sociais do idioma e ampliem sua competência comunicativa. Callou (2007) destaca a importância de se haver uma reformulação nos conteúdos de língua portuguesa. Para a autora, o ensino deve conduzir ao domínio da norma culta sem estigmatizar as outras variedades existentes no idioma, uma vez que a variação é inerente à língua.

3. Metodologia

O presente trabalho é uma pesquisa qualitativa que teve como foco analisar como o fenômeno da concordância verbal é trabalhado no livro didático *Português- Linguagens 9º ano*, dos autores Thereza Cochar e Willian Cereja. Trata-se de uma obra muito conhecida pela maioria dos professores e muito utilizada nas escolas públicas e privadas. A escolha do tema, por sua vez, se deve ao fato de a concordância verbal ser um dos principais fenômenos linguísticos em que mais se evidencia o preconceito linguístico.

Busca-se com a análise verificar se a exposição teórica e os exercícios apresentados no livro didático conduzem para uma visão redutora de gramática, entendida como regras a serem seguidas indiscutivelmente, ou se conduzem para uma visão mais reflexiva, centrada na variação linguística e nos usos sociais da língua, conforme orienta a maioria dos estudos linguísticos relativos ao ensino da língua.

4. Análise e interpretação de dados

A maioria dos capítulos do livro didático contém subtítulos na seguinte ordem: *Estudo do Texto*, *Produção de Texto*, *A língua em foco* e *De olho na escrita*. Essa organização didática induz a uma prática pedagógica que passa, quase sempre, pela leitura de um texto (ou exposição teórica) para, posteriormente, a realização de exercícios sobre o texto lido ou sobre o tópico teórico em questão.

O tópico *Concordância Verbal* é trabalhado na parte intitulada *Língua em foco*. Chama-nos a atenção o fato de o conteúdo gramatical não estar atrelado ao texto principal que abre o capítulo, o que pode criar a ideia de um ensino fragmentado, em que há hora da leitura, hora



da produção de textos e hora da gramática, como se esta estivesse dissociada das outras duas.

Para introduzir o conceito de concordância verbal, os autores utilizam uma tirinha. Trata-se de um esforço em trazer o conteúdo gramatical para as práticas de linguagem utilizadas nos textos do cotidiano. São feitas perguntas que orientam o aluno a observar a forma (singular e plural) de termos relacionados na sentença para, a partir deles, construir o significado de concordância verbal. Destacam, após esse raciocínio indutivo, que o princípio básico da concordância verbal, segundo a norma-padrão da língua, refere-se ao verbo concordar em número e pessoa com o sujeito.

Após a construção do conceito, há uma exposição sobre casos de concordância verbal com sujeito simples, sujeito composto, concordância do verbo e casos especiais de concordância, em que se destaca a função do “se” como pronome apassivador e índice de indeterminação do sujeito. A maioria dos exercícios propostos envolve completar lacunas com verbos “corretos” e estão colocados, entre a exposição teórica, para a assimilação das regras.

O livro didático analisado, para explicitar as regras, utiliza frases descontextualizadas, repetindo, assim, o que fazem os compêndios gramaticais, ou seja, não aborda o fenômeno da concordância a partir do uso social da língua, apenas segue a tradição de prescrever uma norma entendida como correta. Repete, por exemplo, a mesma inconsistência conceitual ao afirmar que o verbo concorda com o sujeito e, posteriormente, dizer que o verbo pode concordar com o predicativo. Ressalta-se, ainda, que, na exposição teórica, a utilização de expressões como “o verbo fica no singular / o verbo fica no presente” reforça a ideia de uniformidade na língua, corroborando, assim, para a manutenção do preconceito linguístico, uma vez que o aluno, ao ler a explicação, é induzido a crer que aquilo que difere do exemplo dado é considerado errado. Ainda que o livro didático considere a existência das variedades não padrão, não dedica a elas uma análise de suas regularidades, tanto linguísticas quanto extralinguísticas; faz apenas uma menção ao preconceito linguístico sem problematizá-lo, como se pode observar na figura abaixo:



Figura 1 – Concordância com o sujeito composto.

Concordância do verbo com o sujeito composto

- Quando o sujeito composto aparece anteposto ao verbo, este fica no plural:
Pai e filha, praticam natação diariamente.
- Quando o sujeito composto aparece posposto ao verbo, este concorda com o elemento mais próximo ou fica no plural:
Foi ao cinema [a mãe, o filho e a filha.]
Foram ao cinema [a mãe, o filho e a filha.]
- Quando o sujeito composto é constituído por pessoas gramaticais diferentes, o verbo fica no plural. Se houver 1ª pessoa (eu, nós), ela prevalece sobre todas as outras; se houver 2ª pessoa (tu, vós), o verbo pode ficar na 2ª ou na 3ª pessoa do plural. Veja:
[Eu, tu e ela] formaremos um grupo na aula de Geografia, certo?
[Tu e ela] ilustrareis o trabalho de Geografia.
[Tu e ela] ilustrarão o trabalho de Geografia.

A concordância verbal e o preconceito linguístico

Você já sabe que, entre os vários tipos de preconceito, há também o linguístico. Se, por exemplo, um falante deixa de empregar a preposição em uma construção como "O filme **a** que assisti é bom", dificilmente será alvo de um julgamento negativo por parte dos interlocutores, mesmo que se trate de uma situação que pede o emprego da variedade padrão. Contudo, construções como "O culpado **foi** eu" ou "**Houveram** muitos problemas na firma" podem causar estranhamento entre os ouvintes e gerar preconceito em relação à capacidade discursiva do locutor.

Por essa razão, quando a situação exigir adequação à variedade padrão da língua e maior formalismo do discurso, convém que estejamos atentos à concordância verbal.

Fonte: Português – Linguagens 9º ano, p.187.

A abordagem da concordância verbal termina numa seção intitulada *Semântica e Discurso*. Nessa seção, são apresentados textos reais, escritos em cartazes, que apresentam concordâncias verbais padrão e não padrão. Trata-se de um ponto positivo na abordagem do tema, já que expõe o aluno à diversidade de formas que o fenômeno da concordância pode apresentar, porém os exercícios propostos nessa seção apresentam as variedades linguísticas não padrão como desvios, induzindo novamente à percepção de que há uma hierarquia entre as variedades linguísticas. Perde-se, dessa forma, uma ótima oportunidade de problematizar os usos linguísticos, de refletir sobre a dinamicidade presente na língua, sobre a imagem que se faz dos interlocutores a partir da linguagem utilizada por eles, sobre os fatores linguísticos que interferem na realização ou não da concordância.

5. Considerações finais

É quase consenso atualmente que o ensino de Língua Portuguesa deve se basear nos usos linguísticos e ter como foco o estudo de textos orais e escritos para desenvolver as capacidades de compreensão e produção de textos dos alunos. A avaliação atenta do livro didático, feita pelo professor, torna-se essencial para o desenvolvimento de um trabalho produtivo com a linguagem, na medida em que lhe propicia identificar as concepções teóricas subjacentes nele presentes, bem como avaliar o alcance dessas. As atividades não



podem ser prescritivas e baseadas em frases descontextualizadas, sob pena de estar se repetindo uma tradição de ensino desconectada dos fenômenos da linguagem.

O livro didático analisado avança, em alguns momentos, ao fazer menção ao preconceito linguístico e a apontar para a existência de outras variedades linguísticas além da variedade padrão, todavia não problematiza o tema, não discute nas atividades que existe uma regularidade também nessas variedades. Perceber essa limitação do material didático não invalida o trabalho de seus autores, já que o conhecimento sobre a linguagem está sempre se renovando e contribuindo, de alguma forma, para a reflexão sobre as práticas pedagógicas. O professor precisa, assim, complementar o que está no livro com outras atividades que promovam uma discussão, para fazer, observando o uso, uma reflexão verdadeiramente linguística.

Referências

ANTUNES, Irlandé. **Aula de Português**: encontro e interação. São Paulo: Parábola, 2003.

BRASIL (1998). **Parâmetros Curriculares Nacionais**: terceiro e quarto ciclos do Ensino Fundamental: Língua Portuguesa. Brasília: MEC/SEF, Secretaria de Educação Fundamental.

CALLOU, Dinah. Gramática, variação e normas. In: VIEIRA, Silvia Rodrigues; BRANDÃO, Silvia Figueiredo (Org.). **Ensino de Gramática**: descrição e uso. São Paulo: Contexto, 2007, p. 13-29.

COCHAR, Thereza; Cereja, William. **Português**: Linguagens- 9º ano. São Paulo: Editora Saraiva, 2015, p. 185-194.

LUFT, Celso Pedro. **Língua e liberdade**: por uma nova concepção de língua materna e seu ensino. Porto Alegre: L&PM, 1985, p.96 -110.